Ata da 21ª Reunião Plenária Ordinária – Gestão 2021-2023 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

Às nove horas do vigésimo nono dia de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, em São Paulo - SP, teve início a Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – Gestão 2021-2023, sob a direção da Presidente do CAU/SP **CATHERINE OTONDO**. A lista de presença foi assinada por cinquenta e nove participantes, dos quais quarenta e oito conselheiros titulares e onze suplentes de conselheiros no exercício da titularidade, sendo estes as senhoras e os senhores: Tatiana de Souza Gaspar, Claudia Andreoli Muniz, Rayssa Saidel Cortez, Stefania Dimitrov, Denise Carvalho Schneider, Luiz Fernando Gentile, Clarissa Duarte de Castro Souza, Sofia Puppin Rontani, Dania Brajato, Maria de Camargo Barros, Adriana Corsini Menegolli. **ORDEM DOS TRABALHOS**: I. Verificação do quórum; II. Execução do Hino Nacional Brasileiro; III. Leitura e discussão da pauta; IV. Discussão e aprovação das atas das 19a e 20a reuniões plenárias ordinárias; V. Apresentação de comunicações: a. da Conselheira Federal representante do Estado de São Paulo; b. do Colegiado das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas; c. da Ouvidoria; d. dos Coordenadores das comissões permanentes; e e. da Presidente. VI. Comunicados dos conselheiros; VII. ORDEM DO DIA: 1. Criação de cargo para Assessoria Jurídica (Origem: GAB-CAU/SP) - REGIME DE URGÊNCIA 2. Edital Prêmio Construindo o Presente CAU/SP 2022 - Boas Práticas Profissionais (Origem: CD-CAU/SP) 3. Proposta de prorrogação da CTCPS-CAU/SP (Origem: CD-CAU/SP) 4. Proposta de criação da CTTIC-CAU/SP (Origem: CD-CAU/SP) 5. (14h30) Julgamento do Processo de Ética e Disciplina - ED-47/2017 (Protocolo 364603/2016) – conselheiro relator Luiz Antonio de Paula Nunes 6. (15h00) Julgamento do Processo de Ética e Disciplina - ED-95/2018 (Protocolo 476513/2017) – conselheiro relator Ronaldo José da Costa – SIGILOSO 7. Calendário de reuniões do CAU/SP 2022 8. Processo Administrativo Disciplinar no 001/2019 (Origem: PRES-CAU/SP) 9. Nota Técnica sobre nova Lei de Licitações (Origem: CEP-CAU/SP) 10. Adesão do CAU/SP à Agenda 227 (Origem: CD-CAU/SP) VIII. ASSUNTOS GERAIS: Lançamento Móbile #24 (Origem: CCom-CAU/SP) Local: Sede do CAU/SP – Rua Quinze de Novembro, 194 – São Paulo/SP. A presidente **CATHERINE OTONDO**, cumprindo o **ITEM I. Verificação do quórum**, confirmou o quórum regimental como suficiente para início dos trabalhos. Após a **execução do Hino Nacional Brasileiro (ITEM II)** a presidente passou ao **ITEM III. Leitura e discussão da pauta**, considerada aprovada. Avançou ao **ITEM IV. Discussão e aprovação das atas das 19a e 20a reuniões plenárias ordinárias:** Não havendo retificações ao conteúdo, a Ata da Décima Nona Reunião Plenária foi considerada aprovada. Quanto à Ata da Vigésima Reunião Plenária, a conselheira **MARCIA HELENA SOUZA DA SILVA** solicitou que fosse retirada de pauta e complementada no item de comunicados dos conselheiros. A presidente **CATHERINE OTONDO** retirou a aprovação da ata da 20ª reunião plenária ordinária de pauta para adequação. Passou então a presidente ao **ITEM V. Apresentação de comunicações: a. da Conselheira Federal representante do Estado de São Paulo; b. do Colegiado das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas; c. da Ouvidoria; d. dos Coordenadores das comissões permanentes; e e. da Presidente.** A conselheira federal **NADIA SOMEKH** relatou

avanços com relação à atualização da DCM para encaminhamento e que houve muita receptividade por parte dos conselheiros que vieram do Ministério da Educação que, segundo ela, têm mandato além do governo, o que dá certa tranquilidade de continuidade na interlocução. Também, de acordo com a conselheira, foi aprovado o regulamento eleitoral para o qual ela levou as demandas do CAU/SP, como inclusive a defendida pela conselheira **MARIA ALICE GAIOTTO** de quinze por cento para todo mundo, porém com flexibilidade para o caso de São Paulo, que poderá incluir chapas de dez a quinze por cento, o que democratiza o acesso, na medida em que possui muitos votantes. Outra inclusão importante, segundo a conselheira, foi a das cotas. Várias comissões solicitaram e as cotas foram aprovadas, aumentando a inclusão e a diversidade no Conselho. No caso de São Paulo, por não ser possível superar setenta e sete conselheiros, o Conselho aprovou a limitação, que está sendo construída e para qual a conselheira pede a ajuda ao Jurídico do CAU/SP, junto ao Jurídico do CAU/BR, para a finalização da justificativa de economicidade e efetividade. Igualmente foi aprovada, na última plenária, de acordo com a conselheira, a 143 que está sendo discutida há quatro anos, e agradeceu a participação efetiva do CAU/SP, principalmente na finalização das pendências. A 47, de acordo com ela, está quase lá. A conselheira informou que estão trabalhando na 198 e na possibilidade de terem um CAU mais amigável, sendo também um dos projetos previstos para o próximo ano, o qual a 198 não pode atrapalhar. Quanto à fiscalização, a conselheira declara que o planejamento está atrasado. Segundo ela, ano passado foi feito um planejamento de conteúdo conceitual de cem dias e definidas prioridades, contemplando cada comissão em suas prioridades. A conselheira trouxe, ainda, um dado interessante sobre a arrecadação: cento e trinta e nove mil RRTs são pagas por mulheres e setenta e três mil por homens. A presidente do CAU/SP **CATHERINE OTONDO** sugeriu à COA que prepare, até dezembro, para que possa ser discutido em plenária, dois temas que considera muito importantes: a questão das chapas de dez a quinze por cento na sua opinião deve ser mais precisa; e, a questão dos conselheiros, se setenta ou setenta e sete, também poderia ser discutida em plenária. Seguindo a ordem dos trabalhos, ainda no **ITEM V b. do Colegiado das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas**, o representante do CEAU, **FERNANDO TULIO**, em nome do Colegiado parabenizou todos os conselheiros federais sobre a inclusão do critério de representatividade no processo eleitoral do CAU, visto que, na sua opinião, a medida traz mais representatividade para o Conselho. Quanto à agenda, o CEAU também manteve discussão sobre o DCM que avançou bastante e com propostas bem importantes. Outra discussão levada a cabo pelo Colegiado, segundo Fernando Tulio, tem sido a de uma agenda de desdobramento da carta, divulgada pelo CAU e CEAU, com propostas para a democratização, humanização, tornar as cidades paulistas mais resilientes, compreendendo a diversidade regional. Nesse sentido, disse que o Colegiado entende ser muito importante, na perspectiva do Estado, sabendo que os novos deputados estaduais têm um mandato que se inicia no próximo ano, a perspectiva de avaliar, tal como o CAU/BR faz em Brasília, a realização de um seminário legislativo, tendo como eixos os componentes da própria carta. A ideia é a de uma conversa para saber a visão dos representantes estaduais legislativos, para os próximos quatro anos, sobre as propostas presentes na carta com relação à

Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro | 01013-000 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

governança metropolitana urbana, mobilidade urbana sustentável, os desafios climáticos, ambientais e paisagísticos, a questão da habitação de interesse social e a urbanização de ambientes precários. Por fim, informa que o Colegiado também avançou no planejamento com relação à valorização profissional e toda a legislação estadual que trata do assunto. Para o ano que vem pretendem realizar uma pesquisa que apresente, numa linguagem mais acessível, os diferentes papéis das entidades para o universo, não só dos arquitetos, mas também para quem está começando na carreira e para a sociedade em geral. Segundo ele, é uma oportunidade muito interessante não só para a realização de encontros itinerantes nas regionais, mas também para organizar, eventualmente, uma exposição com o resultado desse material na entrada do novo edifício do CAU/SP. Neste momento a conselheira do CAU/BR **NADIA SOMEKH** pediu novamente a palavra para reforçar o convite para o seminário legislativo. Ela informou que o Manifesto de maio se transformou num abaixo assinado, por sugestão até do conselheiro do CAU/SP, Soriedem Rodrigues, para que fosse assinado pelos candidatos e que foi ampliado para a sociedade e para os arquitetos. De acordo com Nádia, como a sociedade não conhece a agenda, a pauta do ofício de arquitetos e urbanistas e sua importância para o país, entenderam ser oportuno ampliar o abaixo assinado que já teve vinte e cinco mil visualizações e quase quatro mil e quinhentas assinaturas. A conselheira disse querer levar cem mil assinaturas para o seminário legislativo e convida todos os presentes para receber o Prêmio Lúcio Costa. Ainda disse que pretende fazer uma caravana com os presidentes de todos os CAU/UF e conselheiros federais para marcar mais presença no Congresso Nacional. Ano passado, segundo ela, foram conseguidos duzentos e cinquenta milhões em emendas de ATHIS, conseguiram segurar a vontade de destruição do Conselho, conseguiram barrar a 108 com um voto em separado do deputado Paulo Teixeira, na Comissão de Justiça. Foi muita presença no Congresso mas, para ela, os arquitetos e urbanistas ainda não são reconhecidos, “os engenheiros são muito mais”. A estratégia para o ano que vem é solicitar Estado por Estado que fale com sua bancada, de qualquer partido. Será, de acordo com a conselheira, uma imersão suprapartidária no congresso, para que todos vislumbrem a importância da pauta. Finalizando, ela reforçou o convite para a presença no Congresso Nacional dia nove de novembro e para que todos assinem a Carta/abaixo-assinado. Continuando o **ITEM V c. da Ouvidoria**, o Ouvidor do CAU/SP, **RICARDO SILOTO DA SILVA**, pediu para registrar a presença, em São Paulo, embora não tenha conseguido chegar a tempo da plenária, da arquiteta Ana Laterza, ouvidora geral há cerca de dois meses, que participou do Seminário Nacional de Formação e Atualização Profissional. Segundo ele, o atendimento continua bem-sucedido, visto que a Ouvidoria fechou todos os meses com, no máximo, três assuntos pendentes. Com relação ao segundo ponto de atuação da Ouvidoria, que são atendimentos de segunda instância, equivalentes a cerca de setenta e cinco por cento do total de atendimentos, a Ouvidoria continua mais ou menos na mesma margem. Quanto às sugestões de melhoria, a Ouvidoria teve vinte e oito sugestões neste ano, que foram encaminhadas aos diversos setores. Por regional, de acordo com o representante, os que mais demandaram (número de atendimento/número de arquitetos registrados), proporcionalmente, foram os de São José dos Campos e ABC; e, os que menos demandaram foram os de Mogi das Cruzes e Presidente Prudente. Quanto

ao número de profissionais demandantes a maioria foi de profissionais ou de empresas de arquitetura, apenas trinta e um leigos, sendo vinte e uma pessoas jurídicas. Os principais canais de contato, segundo ele, continuam sendo o Portal (setenta por cento) e e-mail (trinta por cento). O ouvidor destaca, ainda, que assuntos relativos a erro sistêmico não aparecem desde maio, assim como o referente ao acesso SICCAU, o que para ele é um bom indicador. Com relação aos motivos de reclamações, informa que a 'solicitação' é o tema mais frequente. A Ouvidoria também cruzou as 'reclamações' com 'assuntos mais frequentes' e, pela primeira vez, apareceu o tema 'atendimento'. Esse atendimento se refere tanto ao atendimento do CAU/SP, quanto do CAU/BR porque se trata do 0800. É importante também ressaltar, segundo ele, que cada atendimento que aparece como reclamação é comunicado ao setor. O Ouvidor disse ainda ter ficado muito bem impressionado quanto às atividades de atendimento do CAU/SP, as quais acompanhou de perto nos últimos meses. Segundo ele, em 2022 foram cerca de sete mil atendimentos/mês, sendo seis mil na sede e um mil nas regionais, ou seja, em torno de trezentos e cinquenta atendimentos/dia. Ainda observa que o CAU/SP tem também feito uma pesquisa de satisfação, a partir do final de maio. Ele acessou os resultados e detectou que 87,5% das respostas feitas apresentaram notas acima de nove, ou seja, um nível de excelência alto e que retrata a boa qualidade dos serviços prestados pelo setor. Os assuntos mais frequentes, informa o Ouvidor do CAU/SP, continuam sendo a anuidade, dívida, registro profissional, fiscalização. Ele destaca também ações feitas pelo CAU, como o encaminhamento, aos candidatos do Legislativo e Executivo, de documentos que apontam sobre a necessidade de consolidação de um pacto social que promova políticas públicas mais estruturantes, visando o resgate da qualidade de vida de todos com desenvolvimento social, econômico e ambiental. Esses documentos, que foram nomeados como Carta, também trazem a manifestação pela valorização da categoria profissional, inciativa muito apropriada para um Conselho Profissional. Ainda para ele, independente de quantos candidatos e/ou candidatas assinem esta Carta ou se apropriem das ideias ali explicitadas, o CAU mostrou para a sociedade o seu posicionamento sobre a situação urbana, ambiental e habitacional no país e suas propostas para interferir positivamente nesse caso. O Ouvidor parabenizou cada um dos conselheiros e conselheiras envolvidos na construção da iniciativa e faz um destaque especial à manifestação de apoio e adesão à Carta aos Brasileiros e Brasileiras em prol da Democracia e Defesa do Estado de Direito, construída, inicialmente, pela Faculdade de Direito da USP. Ainda neste contexto, se insere a discussão sobre a participação na Agenda 227, referência ao Artigo 227 da Constituição Federal, que propõe um Plano Nacional para a Infância e Adolescência, lembrando que essa faixa etária, em razão de sua vulnerabilidade, é considerada prioridade absoluta no âmbito das políticas públicas e deseja uma boa discussão e uma boa decisão sobre a participação nesta Agenda. Dando seguimento ao **<u>ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes</u>** **FERNANDA MENEGARI QUERIDO**, coordenadora da **CEP** relata que, durante o mês, houve participação na segunda Oficina da Calculadora Social - *Quanto vale o serviço de Athis* do CAU em Ribeirão Preto, com os profissionais e assessorias. A CEP também ministrou minicurso junto à Coordenação da CEF sobre o RRT Docente, com conteúdo disponível no canal do Youtube. Também a CEP está trabalhando numa subcomissão

com propostas para a Resolução 21, discutindo atribuições, campos de atuação, atividades técnicas, com o objetivo de dialogar diretamente com o CAU/BR e, principalmente, estar presente com a CEF no debate. Igualmente a CEP ministrou palestra na Unicsul para recém-formados e estudantes sobre atribuições profissionais, com a participação de quase quatrocentas pessoas. Em Campinas e Itatiba também foram ministradas palestras e a coordenadora considera esta ação do CAU/SP, junto aos estudantes, muito importante para a construção de um novo futuro para a profissão. Ela destacou que a coordenadora adjunta **CONSUELO APARECIDA GONÇALVES GALLEGO** participou do Fórum dos Coordenadores das CEPs, em Belo Horizonte. Por fim, a coordenadora parabenizou a realização do Seminário de Ensino, onde esteve presente, e ressaltou que a confirmação de presença no Seminário foi feita por meio de *QR Code*, uma medida simples e transparente e que, na sua opinião, poderia ser adotada nos próximos eventos do CAU/SP, até como forma de manutenção da lei de proteção de dados da inscrição. **ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes:** A coordenadora da **COA**, **ROSSELLA ROSSETTO** informa que a COA-CAU/BR enviou para a COA-CAU/SP uma solicitação para o envio de sugestões para alteração da dinâmica da reunião plenária. Dessa forma, na última reunião ordinária da COA-CAU/SP iniciou a discussão sobre o tema e a coordenadora esteve no Tribunal de Contas do Município, que utiliza uma forma mais rápida e online para a realização de suas plenárias. Ela ainda solicitou contribuições de todos os conselheiros, que serão colhidas pela COA mensalmente nas plenárias, para envio à COA-CAU/BR, medida que considera importante após dez anos. Ainda no desenvolvimento do **ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes:** A **CPFi**, através da coordenadora **RENATA ALVES SUNEGA**, informou que a última prestação de contas de agosto aponta que quase metade da arrecadação do CAU/SP é via RRT. Na reprogramação, de acordo com Renata, São Paulo já considerou um aumento maior do que o CAU tinha indicado, por conta das aplicações. Em agosto, houve um aumento de 11% acima do previsto, vindo de arrecadações gerais. Dessa forma, considera a arrecadação muito boa e que aponta para um superávit. Quanto à análise de despesas, como as reuniões ainda continuam no formato híbrido, todas as comissões ainda têm participação de forma virtual, isso garante economia nas comissões, caminhando para um superávit. Mas é importante diferenciar o superávit e que nem todo superávit é ruim. Este superávit de agosto mostra que tem arquiteto emitindo RRT, que têm arquitetos trabalhando. Ruim é aquele superávit que vem da incapacidade de execução e não o que vem de contratos que se consegue firmar com valores mais baixos, com economia na realização de reuniões, com arrecadação maior. Este superávit está vindo da efetividade, da economia e do aumento da arrecadação. Ainda, a coordenadora relatou que na última reunião ordinária foi aprovado o detalhamento de dois projetos específicos: um deles é o diagnóstico ou censo, em fase de contratação e execução; e, o outro é o concurso para a sede que também passou para o detalhamento, lembrando que a CPFi só analisa o mérito financeiro, não analisa o modo de contratação e nem a entidade contratada. **ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes:** A coordenadora da **CF**, **ANGELA GOLIN**, ressalta a importância de levar o CAU para dentro das universidades e que a Comissão tem tido uma demanda alta de palestras na área do profissional arquiteto, que é a palestra que dá limites de

atuação para os estudantes. Neste mês, a CF já fez três palestras e tem mais quatro previstas para outubro. Destacou a participação no encontro das CEPs, bem feito e bem estruturado, e que trouxe uma proposta bem interessante sobre licenciamento de obra, uma discussão bem grande que ocorre no Estado de São Paulo. Quanto ao Seminário de Fiscalização, este está em fase de finalização da organização e envio de convites, pretendendo fechar a programação para novembro. **ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes:** Pela **CED**, a coordenadora **CAMILA MORENO DE CAMARGO** informa que na última sexta-feira o plenário do CAU/BR aprovou a minuta de revisão da Resolução 143 de 2017, que trata dos procedimentos que a Comissão utiliza para apurar as denúncias e também a plenária utiliza para o julgamento dos processos ético-disciplinares. A CED acompanhou a matéria de perto e teve uma atuação importante na construção de consensos entre os Estados, sobretudo visando estabelecer parâmetros e procedimentos que fossem mais equiparados à diversidade de contextos dos CAU/UF. Esta nova Resolução deve desdobrar nos Estados em adequações nos Regimentos Internos. Assim, para a coordenadora, este é o momento em que a Comissão se debruçará sobre o texto final para instruir a COA a esse respeito, bem como orientar o plenário. A principal modificação nessa direção é a competência da Comissão de Ética e Disciplina dos Estados para julgamentos em primeira instância. Isso desonera, como no caso do CAU/SP, em tempo, em recursos envolvidos, por exemplo, em convocações de reuniões extraordinárias que seriam imprescindíveis para dar conta do volume de julgamentos. Também informou que, em outubro, a Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR fará uma espécie de Oficina de Treinamento com todos os Estados, virtualmente, e que a CED-CAU/SP foi convidada a participar da estruturação da Oficina, levando em consideração o acúmulo de experiência, em virtude da alta demanda que o Estado de São Paulo tem a esse respeito. Em Cuiabá, nos últimos dias quatorze, quinze e dezesseis de setembro, a CED participou de reunião de coordenadores das comissões de ética e disciplina sobre o exercício ético profissional, com foco no tema da reserva técnica. Nessa reunião, foi atualizado o quadro de limites e desafios das Comissões de Ética e Disciplina de forma geral, considerando que é um quadro muito diverso: o CAU/SP tem hoje em tramitação mais de mil denúncias; depois o que apresenta maior número tem setenta denúncias. Para ela, é alguma coisa muito discrepante e no seminário a CED conseguiu estabelecer posicionamentos claros e públicos sobre a reserva técnica, evidenciando os nexos que precisam ficar bem evidentes entre a prática da reserva técnica e o contexto de precarização do trabalho. **ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes:** A coordenadora-adjunta da **CCom**, **ELENA OLASZEK**, abre seu relato lembrando do lançamento da Móbile #24 na sede, para o qual convida a todos. Segundo ela, o texto para a edição 25 também já está em elaboração e será lançado em breve. Informou, ainda, sobre o lançamento, na semana seguinte, do edital de campanha publicitária, com foco na valorização profissional, e que o banco de imagens já estava funcionando, para o qual todos receberão *link* para uso. Ela ainda pediu a todos os conselheiros que em todas as oportunidades que tiveram, em palestras, em contatos com alunos, que divulguem e sigam as redes sociais, que é o canal de comunicação do CAU/SP com a sociedade. No Instagram, ela citou, o Conselho já tem mais de vinte e cinco mil seguidores, começou com dezoito mil, mas é importante todo

mundo seguir e acompanhar. **ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes:** A **CPUAT** com a coordenadora **MONICA ANTONIA VIANA** relatou que participou do CAU regional em Ribeirão Preto, em conjunto com a CPMU, no sentido de levar a discussão da agenda urbana ambiental. Igualmente, trabalha na síntese dessa agenda, conforme orientação da CD e há um esforço para trazer a síntese ao plenário até o fim do ano. Ainda a CPUAT prepara o segundo ciclo de debates, em conjunto com outras comissões, em especial a de Fiscalização e Vice-presidência, buscando abordar as questões da agenda e também a importância da contribuição dos arquitetos e urbanistas na questão do planejamento urbano-ambiental pelo viés da fiscalização. A realização de palestras, a partir de demandas das universidades, sobre importância da agenda urbana ambiental para a construção de cidades sustentáveis e resilientes, também tem sido atividade da Comissão. Por fim, a coordenadora colocou a Comissão à disposição para contribuir com o CAU/SP para a realização do Seminário Legislativo na Alesp, como sugerido pelo representante do CEAU. **ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes:** **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA**, coordenadora da **CRI** relatou que a Comissão fará uma nova trilha com o Sebrae, voltada aos profissionais autônomos, a se iniciar dia dezenove de outubro. O Programa, que acontecerá sempre às dezenove horas, é: dia dezenove - planejamento estratégico; dia vinte – legalização; dia vinte e seis – marketing; e, dia vinte e sete - precificação, que é uma precificação básica do Sebrae e nada tem a ver com o projeto de precificação que está sendo feito pela CDP, explicou. Também informou que está em estudo, com o Sebrae, a realização de uma oficina sobre a nova lei de licitação. Por fim, a coordenadora agradeceu a presença da presidente do CAU/SP junto à Defensoria para acertar verbas do convênio. **ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes:** A **CDP**, com a coordenadora **MARIA TERESA DINIZ DOS SANTOS** informou que, conforme conversas ocorridas na última reunião plenária, por sugestão inclusive do conselheiro José Roberto Geraldine Junior, sobre a retomada da participação do CAU/SP nas ações de internacionalização da arquitetura, focada na geração de emprego e renda para as empresas e profissionais de São Paulo, está prevista, para a próxima reunião da CDP, a participação virtual do presidente da IDEA SP para discutir possíveis ações em conjunto, visando o objetivo comum. Relatou também que a Comissão teve boa participação nas oficinas de Athis, com a representação da conselheira Ana Paula Preto Rodrigues Neves. Igualmente a CDP enviou parte de seus membros para participação no Seminário Nacional de Formação, Atribuição e Atuação Profissional, ocorrido em São Paulo, e uma delas, a conselheira Ana Paula Preto Rodrigues Neves teve seu trabalho selecionado e apresentado, sendo motivo de orgulho para a Comissão. **ITEM V d. dos Coordenadores das comissões permanentes:** **CATHIS**, coordenadora **FERNANDA SIMON CARDOSO** informou sobre a realização da segunda Oficina do *Ciclo: Quanto Vale o Serviço de Athis*, sobre responsabilidade técnica. A Oficina, realizada em conjunto com CEP e a CDP, tem gerado grande aprendizado para todos que participam. Continuando com a Ordem dos Trabalhos, **ITEM V e. da Presidente,** **CATHERINE OTONDO,** relatou que, dentro do projeto de valorização do profissional arquiteto e urbanista várias ações estão sendo realizadas. Uma delas é a ação conjunta da CDP, da CEP, de CATHIS para entender como, dentro do raciocínio, seja por salário mínimo, seja pela tabela de honorários do CAU, o

profissional consegue precificar seu serviço. No que cabe ao gabinete, a presidente informou estar mantendo diversas conversas institucionais, inclusive com a Defensoria. Segundo ela, há grande preocupação do CAU/SP com relação aos preços praticados e quanto à necessidade de equiparação da remuneração com o CREA. “Há uma defasagem e eles vão estudar a correção já para este ano, mas entendemos que o modo como entendem a precificação não tem um rebatimento na nossa realidade”. A Defensoria, como relatou a presidente, pediu para que o CAU/SP crie uma metodologia, para apresentar ao departamento que faz a precificação, de como o CAU entende a precificação dos seus serviços. No mesmo sentido, informou que foi realizada reunião com diretores da Caixa para entender a tabela de referência Sinap, já que a maneira como os serviços são precificados também não tem nenhuma aderência com a realidade. Em geral, explicou, quando os arquitetos fazem concurso público de projetos ou são contratados por técnica e preço, se o contrato vem com referência à tabela Sinap os preços caem muito e queremos entender por que os preços estão lá embaixo. Da mesma forma como ocorrido com a Defensoria, os diretores da Caixa também pediram para que o CAU/SP apresente um ensaio sobre o que entende que seria um preço justo e, sobretudo, onde buscar referências. Outra reunião interessante, com a presença da CEP, foi sobre a cobrança do ISS. Há grande confusão sobre o tema e a conclusão, informada pela presidente, foi a de que o CAU/SP precisa ter uma posição clara sobre a cobrança desse imposto. A base da conversa é que sobretudo no setor público, obra e projeto são um só pacote e que esse entendimento talvez faça sentido na engenharia, mas não para os arquitetos. “O projeto arquitetônico tem uma autonomia em relação à obra”. Esclareceu que os prefeitos entendem que se um projeto de arquitetura está sendo feito na cidade a cobrança do imposto tem que ser feita naquela cidade, quando se sabe que se o escritório de arquitetura é em outra cidade ele não tem nenhum rebatimento, em termos de custos, para a prefeitura na execução do projeto. Logo, concluiu, é uma cultura que precisa ser esclarecida. A presidente também relatou que foi ao Acre, no Fórum com os demais presidentes, onde um dos temas discutidos foi sobre como cada UF está enfrentando a questão do EAD, e que há um caminho de entendimento comum entre as UF e o BR, para que as ações sejam bem-sucedidas e não prejudiquem o elo mais fraco, que é o aluno que ingressou no curso EAD. Outro tema discutido no Fórum, levado pelo presidente do Rio Grande do Norte, foi sobre o licenciamento, para o qual ele tem proposta de enfrentamento que vai discutir melhor no próximo Fórum. Da Bahia, partiu a pauta sobre como tratar as questões do acervo do CAU e, por último, o presidente do Pará levou uma proposta da criação de um fundo de financiamento das atividades do CAU/BR - a ideia é a possibilidade de financiamento por projeto para projetos comuns, e não de um fundo de apoio comum como se tem hoje. O próximo Fórum será na Bahia e algumas das pautas serão retomadas. Quanto às questões de reajuste, em reuniões com o CSC a presidente esclareceu que o combinado foi o de que não haverá um aumento, mas o reajuste será feito de acordo com os índices colocados pela equipe do CSC. Ainda ressaltou que foram cobradas a regulamentação da 126 e reposicionamento em relação ao superávit, já que o entendimento é o de que investimento em tecnologia não pode ser encarado como despesa corrente, uma vez que as tecnologias mudam de forma dinâmica e deve ser encarada como parte da

estrutura administrativa, com outra lógica de funcionamento em relação aos aportes financeiros. Sobre o Concurso Público Nacional de Arquitetura, informou que o CAU/SP lançará em outubro o concurso para a sede, fruto de um trabalho muito extenso, que merece parabéns à Comissão Temporária que trabalhou, exaustivamente, na sua formulação, e ao Jurídico, que ajudou a construir a possibilidade. Para ela, o concurso é importante porque é uma forma de contratação fundamental para o profissional e deve ser disseminada, sobretudo nos setores públicos. A reforma do Edifício da Quinze de Novembro tem importância histórica e é uma oportunidade de consolidar o novo endereço como referência para a Arquitetura e Urbanismo na cidade. Nesse sentido, o concurso será feito em duas fases, o lançamento do edital será dia sete de outubro, as inscrições entre dia 31 de outubro a 21 de novembro e as propostas serão recebidas até dia 09 de janeiro. Serão feitas *lives* para tirar dúvidas sobre o edital, as equipes interessadas em participar do concurso farão visitas à sede e, ao final, haverá uma exposição e uma publicação dos trabalhos realizados no saguão da sede. Pediu, ainda, a ajuda de todos na divulgação do concurso, tão logo o material esteja pronto. Dando seguimento à Ordem do Dia, a presidente passou ao item **1. Criação de cargo para Assessoria Jurídica (Origem: GAB-CAU/SP) - REGIME DE URGÊNCIA:** A presidente **CATHERINE OTONDO** esclarece que o CAU/SP tem uma quantidade de processos muito grande e o incremento dos processos gera a necessidade de aumento da equipe. Solicitou que a assessora-chefe do jurídico Ellen Bussi explicasse o pedido acolhido, a ser colocado em votação em regime de urgência. A assessora-chefe explicou que o CAU/SP vem crescendo e, depois de dez anos, tem fluxos bastante consolidados, que valem para todos os processos de execução, de defesa, de impugnação de edital, fiscalização, respostas ao Ministério Público e que quanto mais o CAU/SP cresce mais demanda tem, é a regra. A assessoria pediu, inicialmente, apenas um cargo, porque um estudo sobre o a estrutura ideal do CAU/SP será aprofundado. São seis advogados para tratar de um universo de quase oito mil ações. No primeiro semestre de 2022 foram cinco mil e quatrocentas ações de execução simultâneas, sendo acompanhadas por três advogados do contencioso e há diversas ações de diversos trâmites, que são mais analíticos, e que também são acompanhadas pelo contencioso. Para o segundo semestre deste ano, são uma mil cento e quarenta e quatro notificações previstas, gerando um contingente de ações de execução significativo e, para 2023, serão três mil oitocentas e sessenta e sete notificações. A assessora-chefe do Jurídico também informou que foi feito um estudo de impacto baixo para a folha de pagamento e que a preocupação da equipe não é com o volume de execuções, mas sim com as ações que exigem mais análise técnica: a complexidade tem exigido cada vez mais que o Jurídico se debruce sobre os diversos temas, se articule com as vinte e seis UF e com o CAU/BR. Concluindo, ela afirmou que existe uma demanda jurídica que vem se sofisticando e onerando a ação da assessoria jurídica. Explicou que o motivo da urgência se deve à vigência do concurso público, realizado para o cargo de advogado, que só é válido até dezesseis de outubro. Para que mais um aprovado seja convocado, é necessária a criação do cargo, porque os que existem hoje já estão ocupados. Ainda conforme o seu relato, a COA e a CPFi já aprovaram o pleito, cuja competência de aprovação final cabe ao plenário. Dando seguimento, a presidente do CAU/SP abriu inscrições para observações dos conselheiros

sobre a questão. O conselheiro **JOSÉ ROBERTO GERALDINE JUNIOR** defendeu a criação do cargo, entendendo ser uma demanda antiga do Jurídico, estruturado com uma equipe forte e coesa. Na oportunidade, ele também sugeriu a capacitação contínua das equipes do CAU/SP, tendo em vista os desafios enfrentados. A conselheira **MONICA ANTONIA VIANA** igualmente defendeu a contratação, diante da alta demanda de trabalho no Jurídico. A presidente **CATHERINE OTONDO** passou então à leitura minuta de deliberação para criação de uma vaga para o cargo de Analista II- Advogado na estrutura organizacional do CAU/SP, seguindo ao processo de votação que contou com cinquenta e um votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. Passou então, a presidente, ao item **2. Edital Prêmio Construindo o Presente CAU/SP 2022 - Boas Práticas Profissionais (Origem: CD-CAU/SP)** sobre o qual a conselheira **FERNANDA SIMON CARDOSO** observou que o CAU/SP já tem prática em fazer tais premiações, e que a ideia é otimizar os recursos e consolidar o Prêmio como algo que envolve transversalmente todas as Comissões e passou à leitura da minuta do edital. Não havendo inscrições para discussão da matéria, a presidente passou à leitura da minuta de deliberação da plenária que contou com cinquenta e dois votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. Passou ao item **3. Proposta de prorrogação da CTCPS-CAU/SP (Origem: CD-CAU/SP):** A presidente **CATHERINE OTONDO** esclareceu a proposta de prorrogação da Comissão Temporária do Concurso do Projeto da Sede, até o mês de abril, para finalizar as atividades que estão em andamento. Observou julgar necessário e entender que no momento é fundamental a presença de um membro especialista na Comissão, para o qual sugeriu o nome da ex-conselheira e sempre colaboradora, a arquiteta e urbanista Silvana Serafino Cambiaghi. Passou à leitura da proposta e abriu as inscrições para discussão do tema. A conselheira **SANDRA APARECIDA RUFINO** pediu que os membros da Comissão explicassem o motivo da prorrogação, já que não foi colocada a leitura do relatório final. Para ela, o motivo de existir da Comissão era a realização do concurso, que já vai ser publicada. Assim, antes de votar sobre a continuidade da Comissão, a Conselheira afirmou ser preciso entender o motivo da continuação da mesma. Já a conselheira **MARIA ALICE GAIOTTO** agradeceu a inclusão da companheira arquiteta especialista Silvana Serafino Cambiaghi, que foi conselheira e esteve na comissão de acessibilidade que terminou em abril, sendo profunda conhecedora das leis municipais. Respondendo ao questionamento da conselheira **SANDRA APARECIDA RUFINO**, a presidente **CATHERINE OTONDO** esclareceu que a Comissão julgou que o papel dela não se encerrava com o lançamento do concurso, mas também considerou a recepção dos trabalhos e o acompanhamento do trabalho da empresa que está organizando o concurso. A conselheira **SANDRA APARECIDA RUFINO**, no entanto, manifestou discordância de posição, uma vez que foi contratada empresa com clara referência para a realização de concursos e estender os trabalhos da Comissão apenas para acompanhamento seria oneroso e desnecessário. Sem mais inscritos, a presidente passou à deliberação que contou com quarenta e três votos a favor, sete contra e uma abstenção. Dando seguimento ao item **4. Proposta de criação da CTTIC-CAU/SP (Origem: CD-CAU/SP):** A conselheira **ANA PAULA PRETO RODRIGUES NEVES** agradeceu ao Conselho Diretor e a todos os conselheiros presentes pela construção de uma Comissão sobre TICs. Segundo ela, nos últimos seis meses o

grupo de trabalho vem trabalhando intensamente, de forma virtual, no sentido de promover o amadurecimento sobre o tema. A intenção, explicou, é a abertura do diálogo sobre TICs e passou à leitura da proposta de criação da Comissão. A presidente do CAU/SP abriu as inscrições para o debate sobre a questão. A conselheira **TATIANA REIS PIMENTA** disse considerar a Comissão muito importante e que deveria se tornar Comissão Especial, uma vez que o trabalho no tema não vai se esgotar e uma Comissão com caráter mais definitivo, mais permanente, tem mais força para avançar nesse campo, onde os profissionais estão sendo engolidos pelas tecnologias. Com relação às Comissões que irão fazer interface, a conselheira sugeriu a CATHIS. Ainda segundo ela, a COA indicou o nome do conselheiro André Luis Queiroz Blanco, mas ele não consta na formação da minuta de proposta de criação da Comissão. A conselheira **MARIA ALICE GAIOTTO** se declarou "uma arquiteta de prancheta e totalmente ignorante no assunto" e manifestou sua tristeza quanto à leitura rápida que foi feita sobre tema de tal envergadura. Inclusive reiterou que na plenária anterior já havia feito essa observação, que parece não ter sido ouvida. Ainda a conselheira disse que do que entende de inclusão o próprio documento não é inclusivo, a acessibilidade digital do documento é complexa, com palavras escritas todas juntas e ela aconselhou fazer uma checagem para melhoria. Também afirmou entender perfeitamente a proposta, porém dentro do documento no qual sentiu complexidade, fez o questionamento de ser o caso de alguém pedir vistas e fazer algumas reformulações. Declarou não se sentir à vontade para aprovar do jeito que estava posto. O conselheiro **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** observou que o tema foi muito debatido na COA e que teve preocupação porque a Comissão proposta não pode se tornar uma forma de impor o BIM aos arquitetos, mas sim de debater a tecnologia no campo do trabalho dos arquitetos e as transformações que possa trazer. De acordo com ele, as gerenciadoras de hoje no Estado de São Paulo estão 100% na mão do capital internacional. Os trabalhadores recebem em moeda local em Singapura, na Coreia do Sul e na Índia e as gerenciadoras recebem em dólar. Então, para ele, os arquitetos não são obrigados a usar o BIM, mas sim debater se essas transformações tecnológicas estão vindo para incluir e desenvolver a tecnologia nacional, a Arquitetura e Urbanismo brasileiros ou vir aqui para explorar e pegar o mercado de trabalho. Na sua opinião, este é o ponto central e inclusive o título que gostaria que fosse colocado nem era comunicação, mas mudanças no campo do trabalho, principalmente a defesa da ciência e tecnologia nacionais como fonte de soberania do Brasil. O conselheiro **PAULO MÁRCIO FILOMENO MANTOVANI** disse que, como a conselheira Maria Alice, também foi formado na prancheta e se pergunta até que ponto pode confiar em tecnologias, como por exemplo na do BIM, e deixar de fazer a quantificação. Para ele, o mais importante é dar condições para que entendam, conheçam os sistemas construtivos do que literalmente entrar num sistema que vai dar um suporte que, teoricamente, acha que está certo, mas que nem sempre pode estar. A conselheira **AMARILIS DA SILVEIRA PIZA DE OLIVEIRA** destacou que a Comissão anterior era uma Comissão BIM, mas a que está sendo proposta será uma comissão de tecnologia, mais abrangente. E, segundo ela, a questão dos *softwares* é importante e causa problema para os profissionais que têm seus computadores invadidos. Não existe Arquitetura sem tecnologia hoje, o BIM fora do Brasil é uma loucura, todo mundo usa e

aqui é preciso correr. Ela ainda afirmou apoiar a criação da Comissão. A suplente de conselheira **DANIELLE SKUBS** disse que se formou em 2006, sendo já da era tecnológica, mas que é preciso lembrar que ninguém projeta nada se não souber projetar, não importando se é num papel de pão ou numa realidade aumentada. Para ela, é possível fazer um bom projeto de arquitetura sem tecnologia, mas a tecnologia está aí para ajudar, para otimizar tempo de trabalho. A ideia da Comissão é que seja ampla, e lembrou que o BIM é muito amplo, porque participa de todo o ciclo de vida da edificação. Ainda, quando se fala de inclusão passa também pela ajuda a profissionais mais antigos que estejam com dificuldade e queiram adotar a tecnologia. Destacou que o debate foi aberto para também auxiliar esses profissionais que querem adotar a tecnologia, e que foi gratificante ouvir a COA manifestar que esta deveria ser uma Comissão Especial. Caso a Comissão seja aprovada a conselheira se colocou à disposição para ajudar todas as Comissões e todos que sentirem necessidade de conversar sobre tecnologia. A conselheira **ROSANA FERRARI** observou a necessidade de discussão sobre a aprovação, em Comissão, do nome do conselheiro André e que não foi considerado na composição da Comissão proposta. A segunda questão apontada por ela foi que o debate, ocorrido na Comissão de Finanças, deixou claro que a maior finalidade da Comissão era ampliar o debate acerca de ferramentas sobre as quais não se tem acesso – são vários escritórios pequenos que sofrem por não ter a oportunidade de evoluir, porque os *softwares* são caros. Ela mesma afirmou não saber da existência de *softwares* gratuitos e que existe um mercado de arquitetos mais antigos e novos também, que estão se formando, e que precisa ser esclarecido sobre isso. Na sua opinião, a Comissão fará um grande trabalho para o mercado de trabalho. A suplente de conselheira **STEFANIA DIMITROV** esclareceu que existem *softwares* gratuitos e *softwares* livres, que têm uma liberdade de licença, o que garante que ele nunca será cobrado. E que existem soluções gratuitas e livres para BIM e para outras ferramentas, como o GIS e outras tecnologias necessárias para os arquitetos. Mas a Comissão também pretende abordar a inclusão para os *softwares* pagos, chamar o pessoal para conversar e saber por que os preços são tão absurdos para a realidade dos escritórios dos arquitetos. Seria o que a conselheira chamou de inclusão dos temas. Muitas vezes, observou, o BIM é associado a obras de grande porte, mas existe BIM na Secretaria Municipal de Habitação para habitações de interesse social, BIM para favelas, de regularização fundiária, existem levantamentos com *drone*, coisas superbacanas sendo desenvolvidas com tecnologia e não necessariamente ligadas à questão do alto custo. Deixou claro que é preciso, principalmente, lidar com a comunicação para efetivamente ter algo inclusivo. Para o conselheiro **JOSÉ ROBERTO GERALDINE JUNIOR** o tema é muito relevante e entendeu que se a ideia era a de ampliação do debate, com certeza seria preciso garantir a inclusão do nome do conselheiro André na Comissão proposta. Ainda ressaltou a grande necessidade do CAU/SP se envolver nas mais diversas possibilidades para garantir que os colegas arquitetos e urbanistas tenham a possibilidade de continuar exercendo a profissão. Ainda o conselheiro trouxe, para reflexão da própria Comissão que será criada, a lembrança de que o Artigo 24, da Lei, no parágrafo primeiro, fala que é competência do CAU pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício profissional e, para ele, esse era um ponto basilar no debate. Muitas empresas, muitos profissionais tendem a

ser excluídos do exercício profissional, caso não consigam se adaptar a novas realidades e a novas tecnologias. Num passado recente, recordou, o CAU/SP conseguiu avançar na capacitação dos profissionais, mas o processo foi interrompido e "acho que devemos mirar no exemplo de outros CAU/UF que deram continuidade nessa ação, de forma a garantir a atuação dos colegas profissionais, indiscriminadamente". A conselheira **ROSSELLA ROSSETTO** esclareceu que a COA tem, dentro de suas atribuições, avaliar todas as questões de organização interna do CAU/SP e, portanto, passa por ela a criação de todas as comissões. Mas, na verdade, não foi passado para as comissões a possibilidade de terem membros dentro da Comissão de Tecnologia e, em assim sendo, a conselheira sugeriu que a participação do conselheiro André se desse na forma de convidado todas as vezes que houvesse questões relacionadas com a COA, já que a Comissão já veio com equipe grande. A presidente **CATHERINE OTONDO** perguntou então aos conselheiros, que pleitearam pela participação do conselheiro André na Comissão, se estariam de acordo com a proposta apresentada pela conselheira Rossella. Neste momento, o conselheiro **ANDRÉ LUIS QUEIROZ BLANCO** se manifestou dizendo que se colocou à disposição para colaborar e fazer parte, mas acreditava ser uma questão de encaminhar as coisas que foram feitas e deliberadas. Afirmou que a deliberação da COA, não só pela indicação, como pela redação não foi considerada e que o fato não é muito interessante para o processo democrático. Colocou-se à disposição a participar como membro convidado, mas também expôs que não gostaria de ficar em situação constrangedora. Diante da situação, a presidente **CATHERINE OTONDO** propôs o encaminhamento de duas votações. A primeira foi pela inclusão do membro da COA André Luis Queiroz Blanco na Comissão, que contou com quarenta e sete votos a favor, seis contra e três abstenções. A conselheira **MARIA ALICE GAIOTTO** aproveitou a oportunidade para agradecer à conselheira Rossella pelos esclarecimentos prestados a seu questionamento e ressaltar que não foi contrária à criação da Comissão, mas sim contra a maneira como foi encaminhada a proposta. A presidente do CAU/SP informou à plenária que o nome do conselheiro André havia sido colocado na Comissão e passou à votação de criação da Comissão, que contou com cinquenta e um votos a favor, nenhum contra e duas abstenções. A presidente solicitou, ainda, que os membros da nova Comissão organizem um plano com o cronograma dos temas que serão apresentados nas plenárias. Seguindo com uma inversão na pauta, a presidente **CATHERINE OTONDO** passou ao item **7. Calendário de reuniões do CAU/SP 2022:** e comunicou algumas mudanças nas datas de reuniões para deliberação: I. da CEP de doze de setembro para dezenove de setembro no período da manhã; e, de vinte e seis de setembro, do período da tarde para o período da manhã; II. CTVP-RT-CAU/SP – inclusão das datas de trinta de setembro e vinte de outubro, no período da manhã; III. Plenária CAU/SP - de vinte e quatro de novembro (dia do jogo de futebol do Brasil na Copa) para vinte e nove de novembro, terça-feira, presencial. A votação contou com cinquenta e dois votos a favor, um contra e nenhuma abstenção. No período da tarde, seguindo a ORDEM DO DIA, a presidente passou à apreciação do item **5. Julgamento do Processo de Ética e Disciplina - ED-47/2017 (Protocolo 364603/2016)** – **conselheiro relator Luiz Antonio de Paula Nunes** sobre o qual ressaltou que seria feita a leitura do relatório e voto fundamentado do conselheiro relator da Comissão de Ética e Disciplina, para

posterior apreciação do plenário, para homologação de acordo celebrado entre partes. O conselheiro Relator **LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES** fez questão de fazer uma pequena introdução, considerando ser um caso inusitado nacional. O processo, segundo seu relato, foi originalmente da relatoria do conselheiro Ricardo, da gestão anterior, e foi julgado no plenário no final do ano passado. Em seguida, antes mesmo de transitar em julgado, no prazo de trinta dias para recurso as partes entraram em contato com o CAU/SP, solicitando a aceitação do acordo e extinção do processo. O conselheiro informou que houve consulta ao Jurídico sobre a conciliação e passou à leitura do relatório. Em seu parecer, o conselheiro relator propôs o encaminhamento do processo ao plenário do CAU/SP para homologação do acordo entre as partes, aceitação da DESISTÊNCIA DO DENUNCIANTE de prosseguir com a denúncia e EXTINGUIR o processo, por ter sido exaurida sua finalidade. A presidente do CAU/SP abriu para os destaques de conselheiros, já que se tratava de processo de homologação no qual não são ouvidas as partes. A conselheira **RENATA FRAGOSO CORADIN** ressaltou que entendia ser competência do Conselho também proteger a sociedade e, considerando que o denunciado é reincidente, mesmo que haja acordo entre as partes, ela manifestou ter dúvidas sobre até que ponto os conselheiros estariam fazendo sua parte aceitando simplesmente a extinção. Ainda a conselheira perguntou ao relator se caso o voto da plenária fosse contrário à homologação do acordo permaneceriam os cento e oitenta dias de suspensão. O conselheiro relator **LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES** esclareceu que o processo já foi julgado e que, então, a sanção seria de cento e oitenta dias. Mas, também observou que o que estava sendo apreciado pela plenária era a homologação do acordo, como era desejo do denunciante. Ele explicou que se tratava de questão entre as duas partes e não questão de interesse público. Caso fosse de interesse público não seria conciliável e, portanto, não haveria espaço para a discussão em voga. O conselheiro **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** fez questão de destacar e parabenizar o trabalho realizado pela arbitragem e mediação que, diferente do CREA e outros Conselhos, o CAU não tem a punição como primeiro item e sim o processo educativo. Para ele, 95% das questões que vão para a Comissão de Ética são brigas de vizinhos e briga de clientes, que poderiam ser resolvidas com a mediação. O conselheiro ainda sugeriu que membros da Comissão de Ética façam cursos de arbitragem e mediação, como forma de descarregar do Conselho pautas que não são interessantes para toda a sociedade. Uma briga entre vizinhos ou de um cliente com um arquiteto não é, de acordo com Vitor, uma pauta central que foque o esforço de tantos conselheiros. O foco deveria ser apreciar e penalizar aquele que fere a sociedade e que mancha a Arquitetura e Urbanismo brasileiros. O conselheiro **JOSÉ ROBERTO GERALDINE JUNIOR** explicitou suas dúvidas para esclarecimento do relator: o acordo celebrado entre as partes extingue o fato original, inicial de ter sido condenado? A matéria inicial se extingue? O conselheiro relator **LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES** explicou que a matéria inicial era o denunciado não ter cumprido o contrato e não ter entrado em acordo com o contratante. Por isso, ele foi denunciado e inclusive foi muito omisso, já que a denúncia é de 2016. Este foi o segundo processo dele e o primeiro foi o mesmo conselheiro quem relatou, e o denunciado já cumpriu uma suspensão. Aconteceu, segundo Luiz Nunes, o que o conselheiro Victor comentou, da qualidade educativa. Na medida em que o

profissional foi suspenso e não conseguiu mais emitir a RT, começou a cuidar de todos os processos éticos. Desde sair da Comissão de Ética e chegar a plenário leva um tempo muito grande, porque há uma quantidade muito grande de processos e há o interesse, enquanto plenário, de discutir outras pautas que não sejam só processos éticos. Mas, voltando ao fato original, que gerou a sanção, ele acabou, perdeu a finalidade, porque eles resolveram entre si e esse é o termo do acordo que está aqui, esclareceu o Relator. Houve um acordo e o conselheiro, na posição de relator, informou que é seu dever respeitar a vontade das partes. Luiz Nunes destacou, também que o processo não transitou em julgado. O acordo ora em voga foi celebrado entre as partes dentro do prazo recursal de trinta dias. O conselheiro **JOSÉ ROBERTO GERALDINE JUNIOR** objetou que seja lá qual for a reconciliação, o fato original não se extinguiu, continua existindo. Para ele, o fato de fazer um acordo não significa que o fato original foi resolvido e pergunta ao relator se está correto em sua lógica. O Relator explicou que o fato original foi resolvido, já que o problema inicial era o contrato não ter sido cumprido. No distrato, continuou ele, ficou estabelecido o ressarcimento e o denunciante se deu por feliz. Também o conselheiro **MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO** manifestou dúvidas acerca da natureza da questão, se o Conselho deveria ou não prescindir ou seguir uma decisão de outros tipos de justiça. De acordo com o Relator da matéria, a Resolução 143 é a regra e o que está previsto nela ou não é por analogia pelo Código de Processo Civil ou pela Legislação de Processo Administrativo. No caso de conciliação, ele explicou, na Resolução 143 existe, expressamente, sua possibilidade, no parágrafo sexto do Artigo 91, a qualquer tempo antes do trânsito em julgado. O conselheiro **MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO** ainda questionou se o Conselho deveria seguir ou não a decisão de outra instância da Justiça, para o que o Relator respondeu ter que ser resolvido dentro do próprio processo, seguindo a resolução 143. Além disso, observou ele, não era o caso, visto que não houve arbitragem fora do CAU/SP e o acordo foi estabelecido entre as partes. O conselheiro **MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO** ainda pontuou que o julgamento de casos por outros tipos de Justiça ou através de mediações poderia economizar procedimentos dentro do próprio Conselho. Segundo ele, as partes da sociedade civil recorrem ao Conselho por último e não primeiro. O conselheiro **LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES** comentou que, hoje em dia, quando um demandante constitui advogado para tentar resolver judicialmente, entra simultaneamente na Comissão de Ética do CAU, uma vez que uma manifestação do interesse dele, por parte do Conselho, reforça o processo judicial. No caso em questão, o relator afirmou não ter sido judicializado. **MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO** fez ainda um último questionamento sobre a arbitragem, a qual ele não conseguiu entender, no relato do conselheiro Luiz Nunes, do porquê a decisão final da arbitragem, por si só, não ter extinguido o processo que estava sendo trazido para a plenária. O Relator então esclareceu que não caberia à Comissão de Ética se sobrepor à decisão da plenária. Como a aplicação da sanção foi decisão da plenária, seu cancelamento deveria ser na mesma instância. Ele ainda destacou que o CAU/SP não tem uma Câmara de Arbitragem. O conselheiro **AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO** parabenizou o conselheiro Luiz Nunes pelo relato e pela experiência e lisura com que tratou a questão. Na sua opinião, chegou o momento de o CAU começar a pensar em montar uma comissão ou um grupo de

trabalho para a criação de Câmaras de Arbitragem, o que amenizaria bastante o trabalho dos conselheiros em plenária. A presidente **CATHERINE OTONDO** passou então à leitura da minuta de deliberação plenária, com o relatório e voto fundamentado do conselheiro relator Luiz Antônio de Paula Nunes e, reiterando a ausência de pedido de vistas, colocou em votação, que contou com cinquenta e três votos a favor e um contra. Passou então a presidente **CATHERINE OTONDO** ao item **6. Julgamento do Processo de Ética e Disciplina - ED-95/2018 (Protocolo 476513/2017) – conselheiro relator Ronaldo José da Costa – SIGILOSO** e, por seu caráter sigiloso, solicitou a interrupção da transmissão e a retirada de todos não envolvidos no processo, inclusive funcionários, do recinto da plenária e fez as solenidades iniciais. O conselheiro Relator **RONALDO JOSÉ DA COSTA** fez então o relato e em seguida a presidente **CATHERINE OTONDO** convocou o denunciante, representado por seu advogado presente, para o qual concedeu dez minutos para intervenção. Após a fala da parte denunciante, a presidente **CATHERINE OTONDO** convocou o advogado do denunciado, para o qual também concedeu dez minutos para manifestações. Após a fala da parte denunciada, o conselheiro relator **RONALDO JOSÉ DA COSTA** passou à leitura do voto e fundamentação, ao fim da qual a presidente do CAU/SP abriu para os destaques. Após as manifestações dos conselheiros inscritos, a presidente **CATHERINE OTONDO** pergunta ao plenário se há algum pedido de vistas. O conselheiro **JOSE ROBERTO GERALDINE JUNIOR** se manifestou pedindo vistas do processo. A presidente comunicou então a imediata suspensão da questão, explicando aos advogados das partes presentes que o conselheiro tem o prazo de trinta dias para retornar à plenária com seu voto fundamentado. Passou para o item **8. Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2019 (Origem: PRES-CAU/SP).** Igualmente, por seu caráter sigiloso, a presidente do CAU/SP solicitou a interrupção da transmissão e a retirada de todos não envolvidos no processo, inclusive funcionários, do recinto da plenária. A presidente **CATHERINE OTONDO** fez breve histórico do processo administrativo disciplinar. Ao fim da leitura, perguntou ao plenário sobre a existência de conselheiros impedidos ou suspeitos de votar a matéria. Os conselheiros **JOSE ROBERTO GERALDINE JUNIOR** e **MARIA ALICE GAIOTTO** registraram seu impedimento. Passou-se então à leitura do PAD pela conselheira **SANDRA APARECIDA RUFINO**. Após a leitura, os conselheiros **LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES, MARCIA HELENA SOUZA DA SILVA, PAULO MARCIO FILOMENO MANTOVANI** e **RENATA ALVES SUNEGA** registraram seu impedimento na questão e passou-se à leitura e voto fundamentado das vistas da conselheira **MÁRCIA MALLET MACHADO DE MOURA.** A presidente **CATHERINE OTONDO** abriu então para as manifestações. Após as manifestações dos conselheiros inscritos, a presidente do CAU/SP perguntou se havia algum pedido de vistas e em não havendo, passou à deliberação do relatório a ser votada da seguinte maneira: número um, relatório da Comissão Processante; e, número dois, relatório do pedido de vistas da conselheira Marcia Mallet. A votação contou com vinte e nove votos a favor do relatório da Comissão, treze votos a favor do relatório do pedido de vistas e nenhuma abstenção. Considerando a deliberação favorável ao relatório da Comissão Processante, a presidente **CATHERINE OTONDO** passou à leitura da proposta que propõe a absolvição do indiciado, “uma vez que os elementos colhidos não permitiam revelar a materialidade das irregularidades, devendo o referido processo ser arquivado” e

consequente votação da plenária que contou com vinte e nove votos a favor, oito contra e nenhuma abstenção. A presidente do CAU/SP **CATHERINE OTONDO** declarou, assim, encerrada a Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – Gestão 2021-2023 agradecendo a participação, colaboração e convidando a todos para o evento de lançamento da Móbile #24na sede.

CATHERINE OTONDO
Presidente

CATHERINE OTONDO:12821634854
Assinado de forma digital por CATHERINE OTONDO:12821634854
Dados: 2022.10.27 14:53:55 -03'00'

Histórico da votação:
Reunião Plenária Ordinária Nº: 22/2021-2023 **Data:** 27/10/2022
Matéria em votação: IV. Discussão e aprovação da ata da 21ª reunião plenária ordinária
Resultado da votação: Aprovada por aclamação, sem manifestações contrárias.
Ocorrências: -
Secretária: Renata da Rocha Gonçalves **Presidente:** Catherine Otondo

Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro | 01013-000 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br